

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA Nº. 014/2011

PROCESSO nº. 0613/2011

LICITAÇÃO nº. 064/2011 – Pregão Presencial

VALIDADE: até 26/10/2012

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Aos 26 dias do mês de outubro de 2011, o **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**, com sede em Belo Horizonte/MG, na Av. Afonso Pena nº. 1420 e Rua Goiás nº. 229, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 21.154.554/0001-13, nos termos do estabelecido pela Lei Federal nº. 10.520, de 17.07.02, pelas Leis Estaduais nº. 13.994, de 18.09.01, nº. 14.167, de 10.01.02, pelos Decretos Estaduais de nº. 44.786 e nº. 44.787, ambos de 18.04.08, de nº. 44.431, de 29.12.06, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº. 8.666 de 21.06.93, e alterações posteriores a estas normas, além das demais disposições legais aplicáveis e do disposto no Edital, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador **CLÁUDIO RENATO DOS SANTOS COSTA**, a seguir denominado **TRIBUNAL**, resolve registrar os preços das empresas abaixo identificadas, a seguir denominadas simplesmente **FORNECEDOR**, observadas as disposições do Edital e as cláusulas deste instrumento.

FORNECEDOR:

LOTE 6 -CAPITAL PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA., com sede na Av. Altamiro Avelino Soares, 925 – Castelo, em Belo Horizonte, MG, CEP 31.330-000, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º. 01.866.914/0001-00, neste ato representada por seu procurador, Sr Jefferson Silvério de Carvalho, residente na Rua Cristiano Otoni, 313, Santa Terezinha, em Belo Horizonte, MG, portador da Carteira de Identidade n.º MG-8.491.236, CPF n.º 014.140.516-38.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Material de Escritório, especificados no Termo de Referência do Edital e proposta da Contratada apresentada à **Licitação 064/2011 – Pregão Presencial**.

1.1. Este instrumento não obriga o **TRIBUNAL** a adquirir os produtos nele registrados nem firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo realizar licitação específica para aquisição de um ou mais itens, obedecida a legislação pertinente, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência.

DOS PREÇOS

CLÁUSULA SEGUNDA. Os quantitativos, marcas, preços e fornecedores registrados encontram-se relacionados no Anexo I desta Ata.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA TERCEIRA. A vigência desta Ata será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos do art. 14 do Decreto Estadual nº. 44.787 de 18.04.2008.

DO GERENCIAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA QUARTA. O gerenciamento deste instrumento caberá à **Gerência de Compra de Bens e Serviços – GECOMP**, para avaliar o mercado constantemente, promover as negociações necessárias ao ajustamento do preço e publicar trimestralmente os preços registrados.

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

CLÁUSULA QUINTA. O **TRIBUNAL** fará as aquisições mediante a convocação do fornecedor para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, assinar a Autorização de Compra.

5.1. Se o fornecedor recusar-se a assinar a Autorização de Compra, poderão ser convocados os demais fornecedores classificados na licitação, respeitados as condições de fornecimento, os preços e os prazos do primeiro classificado.

DO LOCAL E PRAZO DE ATENDIMENTO

CLÁUSULA SEXTA. O prazo de entrega futura, para cada aquisição, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho pelo fornecedor, será de até **20 (vinte) dias**.

6.1. Local e horário para entrega: Coordenação de Controle de Material de Consumo - COMAT, situada na Av. do contorno nº. 629, Bairro Floresta, Belo Horizonte/MG, no horário de 8:30 às 11:30 horas e de 12:30 às 16:30 horas.

6.1.1. O fornecedor deverá agendar as entregas dos materiais na COMAT, através dos telefones (31)3237-6332 e 3237-6324, sob pena de não recebimento imediato das mercadorias na chegada das mesmas ao endereço supracitado.

DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

CLÁUSULA SÉTIMA. Os materiais serão recebidos na forma prevista no art. 73, inciso II da Lei Federal nº. 8.666/93.

7.1 O recebimento provisório do objeto da licitação não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução.

7.1.1. O recebimento provisório dar-se-á se satisfeitas as seguintes condições:

- a) materiais devidamente embalados, acondicionados e identificados;
- b) quantidades dos materiais em conformidade com o estabelecido na Nota de Empenho;
- c) no prazo, local e horário de entrega previstos neste Edital;
- d) de acordo com as especificações técnicas e amostras apresentadas e aprovadas.

7.1.2. O recebimento definitivo dos bens dar-se-á após:

- a) verificação física para constatar a integridade dos mesmos;
- b) verificação da conformidade com as quantidades e especificações constantes deste Edital, estando as amostras aprovadas.

7.2. Satisfeitas as exigências anteriores, lavrar-se-á Termo de Recebimento Definitivo, que poderá ser substituído pelo ateste no verso da Nota Fiscal, efetuado por servidores da Gerência de Suprimento de Controle Patrimonial.

7.3. Caso insatisfatórias as condições de recebimento, será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto rejeitado ser substituído no prazo de 08 (oito) dias úteis, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas.

7.4. Caso a substituição não ocorra no prazo determinado, estará o fornecedor incorrendo em atraso na entrega e sujeita a aplicação das sanções previstas neste Edital.

DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

CLÁUSULA OITAVA. Constituem obrigações:

8.1. DO TRIBUNAL:

8.1.1. Permitir o acesso do representante ou empregado do fornecedor ao local da entrega desde que devidamente identificado.

8.1.2. Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos materiais.

8.1.3. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta ata.

8.1.4. Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

8.2. DO FORNECEDOR:

8.2.1. Entregar os produtos de acordo com as especificações exigidas no Edital e em consonância com a proposta respectiva, bem como cumprir o prazo de entrega e as quantidades constantes da Autorização de Compra, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula estabelecida nesta Ata.

8.2.2. Comunicar antecipadamente a data e horário da entrega, não sendo aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento;

8.2.3. Substituir, no prazo de 08 (oito) dias úteis e sem ônus para o TRIBUNAL os produtos devolvidos em razão de divergências entre o material entregue e as especificações contidas nesta Ata ou, quando for o caso, a amostra apresentada, sujeitando-se, ainda, às sanções cabíveis.

8.2.4. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo TRIBUNAL, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao TRIBUNAL, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da Autorização de Compra.

8.2.5. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

8.2.6. Aceitar nas mesmas condições deste instrumento, os acréscimos que se fizerem nas compras, de até 25% (vinte e cinco por cento) da quantidade do material estimado no Anexo I deste Edital, de acordo com o art. 65, §1º da Lei federal nº. 8.666/93, não sendo necessária a comunicação prévia do TRIBUNAL;

8.2.7. Comunicar imediatamente ao TRIBUNAL qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência.

8.2.8. Indenizar terceiros e/ou o TRIBUNAL, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

8.2.9. Manter, durante a vigência desta Ata, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

8.2.10. Responsabilizar-se por todos os ônus relativos ao fornecimento dos materiais, inclusive frete, seguro, cargas e descargas desde a origem até sua entrega no local de destino.

DO PAGAMENTO

CLÁUSULA NONA. O TRIBUNAL pagará aos fornecedores o valor unitário registrado por item multiplicado pela quantidade solicitada, que constará da Autorização de Compra e da Nota de Empenho.

9.1. No preço unitário estão incluídos todos os impostos, taxas e encargos sociais, além das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, e das despesas com transportes, as quais correrão por conta dos fornecedores.

9.2. Para cada Autorização de Compra, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal, com CNPJ idêntico ao apresentado para fins de habilitação e conseqüentemente lançado nesta Ata.

9.3. O fornecedor apresentará a Nota Fiscal na Coordenação de Controle de Material de Consumo - COMAT, acompanhada dos originais das certidões de débito junto ao INSS, FGTS e Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (válidas e regulares).

9.4. O pagamento será depositado na conta bancária do fornecedor até o 5º dia útil após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo ou o ateste no verso da Nota Fiscal.

9.5. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais ou junto ao cadastro, o TRIBUNAL comunicará ao fornecedor para que regularize a situação.

9.5.1. Na hipótese prevista no subitem 9.5, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, devidamente regularizados.

9.6. O TRIBUNAL se reserva o direito de descontar do pagamento os eventuais débitos do fornecedor, inclusive os relacionados com multas, danos e prejuízos contra terceiros.

9.7. Não serão pagos os materiais fornecidos em desacordo com especificações que integram esta Ata.

9.8. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo TRIBUNAL, entre a última data prevista para pagamento e a correspondente ao efetivo adimplemento da parcela, serão pagos mediante solicitação da contratada, e calculados, "*pro rata tempore*", por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Na qual: EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = i/365$ onde i = taxa percentual anual no valor de 6%

DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA. O preço registrado se manterá fixo e irrevogável durante a vigência da ata, ressalvadas as hipóteses contidas no art. 65 da Lei Federal 8.666/93 e no art. 15 do Decreto Estadual nº. 44.787 de 18.04.2008, desde que, devidamente comprovadas mediante planilhamento dos custos e detalhamento dos fatos supervenientes.

10.1. O pedido de alteração de preços deverá vir acompanhado, no mínimo, dos seguintes documentos:

- a) nota fiscal que comprove o novo preço praticado pelo fornecedor no período solicitado;
- b) planilha detalhada referente ao quantitativo solicitado.

DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA. A presente Ata ou o registro de fornecedor específico poderá ser cancelado de pleno direito nas seguintes situações:

11.1. Pelo TRIBUNAL:

- a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b) quando o fornecedor não assinar a Autorização de Compra no prazo estabelecido;
- c) quando o fornecedor der causa à rescisão administrativa do contrato decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior aos praticados no mercado;
- e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo TRIBUNAL.

11.2. Pelo Fornecedor:

- a) mediante solicitação por escrito, antes do pedido de fornecimento, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;
- b) mediante solicitação por escrito, na ocorrência de fato superveniente, que venha a comprometer a perfeita execução das obrigações firmadas nesta Ata, devidamente comprovado.

11.3. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.3.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no "Diário do Judiciário Eletrônico", por duas vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.4. A solicitação do fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo TRIBUNAL, facultando-se a este a aplicação das sanções previstas nesta Ata.

11.5. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor, relativas ao fornecimento dos itens.

11.6. Ocorrendo rescisão contratual na forma do inciso I, do art. 79, da Lei Federal nº 8.666/93, o TRIBUNAL adotará as medidas ordenadas pelo art. 80, do mesmo diploma legal.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA. Pela inexecução total ou parcial da Ata ou da Autorização de Compra, garantidos a ampla defesa e o contraditório, o fornecedor ficará sujeito às seguintes sanções:

- a) advertência, por escrito, informando à contratada sobre o descumprimento de quaisquer obrigações assumidas e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;
- b) multa, observados os seguintes limites:
 - b.1) até 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;
 - b.2) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega do objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.
- c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Estadual, nos termos da Lei nº. 13.994/2001 e demais disposições correlatas, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- d) descredenciamento do Cadastro Geral de Fornecedoros do Estado de Minas Gerais.

12.1. A recusa injustificada do beneficiário da Ata em assinar a Autorização de Compra, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido no Edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida.

12.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste edital.

12.3. O valor das multas aplicadas deverá ser recolhido pela Contratada, no prazo de 5 (cinco) dias a contar da data da notificação da sanção, sob pena de ser descontado da garantia prestada ou do pagamento eventualmente devido pela Administração.

DA TROCA DE MARCA

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA. O procedimento para troca da marca inicialmente registrada, dar-se-á mediante solicitação formal do fornecedor, juntamente com apresentação de amostra da marca pretendida.

13.1. A solicitação deverá obedecer aos seguintes requisitos:
comprovação das condições técnicas da marca pretendida com as exigências em que se realizou o registro de preços;
apresentação de nota fiscal que comprove o preço praticado no mercado da nova marca pretendida.

13.2. A equipe técnica do TRIBUNAL terá o prazo de 20 (vinte) dias para responder a solicitação do fornecedor para troca de marca.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

- a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.
- b) é vedado caucionar ou utilizar a Autorização de Compra decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

14.1. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste TRIBUNAL, através da Gerência de Compra de Bens e Serviços - GECOMP.

14.2. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

14.3. As aquisições adicionais de que trata o subitem 14.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

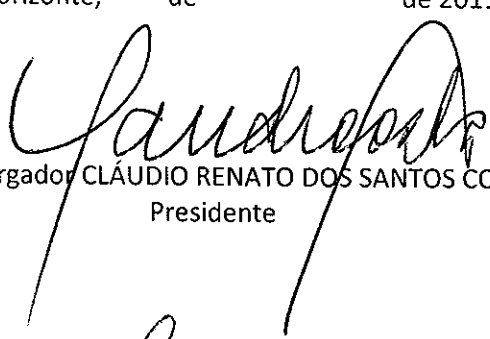
14.4. Caberá ao órgão que se utilizar da ata, verificar a vantagem econômica da adesão a este Registro de Preço.

DO FORO

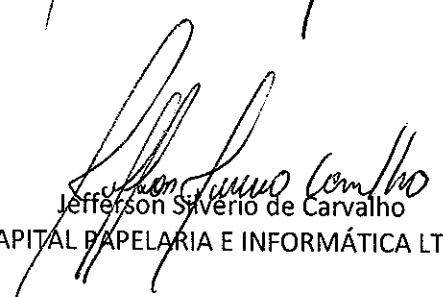
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA. As partes elegem o foro da Comarca de Belo Horizonte para dirimir dúvidas ou litígios eventualmente emergentes em decorrência desta Ata.

E por estarem assim ajustadas, as partes assinam a presente Ata.

Belo Horizonte, 26 de outubro de 2011.


Desembargador CLÁUDIO RENATO DOS SANTOS COSTA
Presidente

Pelo Fornecedor:


Jefferson Siverio de Carvalho
CAPITAL PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA.

Testemunhas:


Maria Inês de Azevedo R - TJ3788-7


63271

ANEXO I – DA ATA - QUANTITATIVOS, MARCAS, PREÇOS E FORNECEDORES
(a que se refere a cláusula segunda da Ata de Registro de Preços 004/2011)

LOTE	ITEM	CÓDIGO	QUANT. REGISTRADA	UNID.	ESPECIFICAÇÕES	MARCA	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	FORNECEDOR
6	6.1	15.30.027-7	20.000	Un	Pasta suspensa, nas dimensões mínimas de 36,0 x 24,0cm, em cartolina bege marmorizada, gramatura mínima de 360g/m², plastificada, cabide metálico com ponteiros de nylon, com grampo, fechada, com etiqueta em papel branco e respectivo acetato incolor, embaladas em caixas com 50 unidades.	POLYCART	0,94	CAPITAL PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA.

TJ-CAI-08, JU-A118, PJ-29, a pedido do Desembargador José Afrânio Vilela, da 2ª Câmara Cível (Portaria nº. 1352/2011).

Nomeando:

- Almiro Nunes da Silva, TJ-1916-6, para o cargo de provimento em comissão de Assistente Judiciário, TJ-CAI-08, JU-A81, PJ-29, mediante indicação do Desembargador Roney Oliveira, da 2ª Câmara Cível (Portaria nº. 1354/2011);
- Ivana Ganem Costa, TJ-6983-1, para o cargo de provimento em comissão de Assistente Judiciário, TJ-CAI-08, JU-A118, PJ-29, mediante indicação do Desembargador José Afrânio Vilela, da 2ª Câmara Cível (Portaria nº. 1355/2011).

1ª INSTÂNCIA

Exonerando, nos termos do artigo 106, alínea "a", da Lei nº. 869, de 05/07/1952, os seguintes servidores:
- Alana Mendes da Silva, PJPI 28.083-4, Técnico Judiciário C, especialidade Assistente Social Judicial, JPI-GS, da comarca de Bonfinópolis de Minas de Primeira Entrância, a pedido, a partir de 01/08/2011 (Portaria nº. 1356/2011);
- Bianca Van Raedonck Carabetti, PJPI 14.478-2, Oficial de Apoio Judicial D, JPI-SG, da comarca de Betim de Entrância Especial, a pedido, a partir de 26/07/2011 (Portaria nº. 1357/2011);
- Érica Dias Costa, PJPI 27.328-4, Oficial de Apoio Judicial D, JPI-SG, da comarca de Conselheiro Lafaiete, de Entrância Especial, a pedido, a partir de 21/09/2011 (Portaria nº. 1358/2011);
- Paulo Tarcísio Dias de Oliveira, PJPI 20.188-9, Oficial de Apoio Judicial D, JPI-SG, da comarca de Belo Horizonte, a pedido, a partir de 29/09/2011 (Portaria nº. 1359/2011);
- Renata Lima Esteves, PJPI 16.005-1, Oficial de Apoio Judicial D, JPI-SG, da comarca de Belo Horizonte, de Entrância Especial, a pedido, a partir de 29/09/2011 (Portaria nº. 1360/2011);
- Virgínia Xavier Borges Silva, PJPI 24.898-9, Oficial de Apoio Judicial D, JPI-SG, da comarca de Ouro Preto, de Segunda Entrância, a pedido, a partir de 15/08/2011 (Portaria nº. 1361/2011).

Indeferindo pedido de remoção da servidora Aline Renault, PJPI 25.103-3, Oficial de Apoio Judicial D, da comarca de Abre-Campo para a comarca de Juiz de Fora.

Nomeando Glênia Balieira Torres, PJPI 25.967-1, Oficial de Apoio Judicial D, efetiva da comarca de Janaúba, para exercer o cargo, em comissão, de Assessor de Juiz, TJ-DAS-08, PJ-51, por indicação da Juíza de Direito Substituta Dra. Clarissa Pedras Gonçalves de Andrade, que responde pela 1ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da comarca de Janaúba (Portaria nº. 1362/2011).

Prorrogando a disposição ao Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais do servidor Anderson Fábio Nogueira Alves, PJPI 21.406-4, Oficial de Apoio Judicial D, da comarca de Belo Horizonte, de Entrância Especial, para exercer o cargo comissionado de Assessor de Juiz naquele Tribunal, pelo período de 01 (um) ano, a partir de 20/10/2011, sem ônus para este Tribunal, observado o disposto no art. 32, da Orientação Normativa nº. 02/2009, do MPS/SPS (Portaria nº. 1363/2011).

ATOS DO PRESIDENTE REFERENTE A SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

Processo nº: 2053/2011.

Assunto: Inexigibilidade de Licitação.

Número da Inexigibilidade: 057/2011.

Embasamento Legal: Art. 25, inciso III da Lei Federal nº. 8.666/93.

Objeto: Contratação para gravação do Hino do Poder Judiciário Mineiro e do Hino Nacional Brasileiro por Orquestra e Coral.

Contratado: Fundação Clóvis Salgado.

Valor total: R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais)

Vigência: 60 (sessenta dias).

Nos termos do art. 26 da Lei Federal nº. 8.666/93, ratifico a inexigibilidade de licitação visando à contratação da Fundação Clóvis Salgado para gravação do Hino do Poder Judiciário Mineiro e do Hino Nacional Brasileiro por Orquestra e Coral. "Publique-se".

SUPERINTENDÊNCIA ADMINISTRATIVA

DIRETORIA EXECUTIVA DA GESTÃO DE BENS, SERVIÇOS E PATRIMÔNIO

Diretor Executivo: Michel G. Salomão

Gerência de Compra de Bens e Serviços
Gerente: Maria da Conceição Gabriche S. Menezes
26.10.2011

Aviso

Licitação: 114/2011

Processo: 1558/2011

Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto: Contratação de empresa para a prestação de serviços gráficos de impressão do jornal "Informativo TJMG".

Data da sessão pública: 10.11.2011, sendo:

- Recebimento das propostas até às 09h.

- Abertura das propostas às 09h15min.

- Início da disputa às 09h30min.

Disposições Gerais: Os interessados poderão fazer *download* do edital no site www.tjmg.jus.br - Link: Licitações - 2011. O edital e seus anexos estão disponíveis para consulta na Rua Timbiras, 1802, de 2ª a 6ª feira, de 8 às 18h.

Aviso

Licitação: 125/2011

Processo: 1710/2011

Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto: Aquisição de aparelhos telefônicos.

Sessão Pública: 11.11.2011, sendo:

- Recebimento das propostas até às 9h.

- Abertura das propostas às 9h15min.

- Início da disputa às 9h45min.

Disposições Gerais: Os interessados poderão fazer *download* do edital no site www.tjmg.jus.br - Opção: Licitações - 2011. O edital e seus anexos estão disponíveis para consulta na Rua dos Timbiras, nº. 1802, Centro, Belo Horizonte de 2ª a 6ª feira, de 8 às 18h.

Aviso

Licitação: 132/2011

Processo: 1834/2011

Modalidade: Pregão Eletrônico

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Cartuchos para Impressoras e Fitas D.A.T. Ata 029/2011.

Sessão Pública: 11.11.2011, sendo:

- Recebimento das propostas até às 9h.

- Abertura das propostas às 9h15min.

- Início da disputa às 9h45min.

Disposições Gerais: Os interessados poderão fazer *download* do edital no site www.tjmg.jus.br - Opção: Licitações - 2011. O edital e seus anexos estão disponíveis para consulta na Rua dos Timbiras, nº. 1802, Centro, Belo Horizonte de 2ª a 6ª feira, de 8 às 18h.

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/11

Processo: 613/2011

Licitação: 064/2011

Modalidade: Pregão Presencial

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de materiais de escritório

Vigência: de 26.10.2011 a 26.10.2012

Lote 06: CAPITAL PAPELARIA E INFORMÁTICA LTDA.

Os interessados poderão consultar o inteiro teor do extrato da Ata de Registro de Preços no site www.tjmg.jus.br link licitações

DIRETORIA EXECUTIVA DE FINANÇAS E EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Diretor Executivo: José Moreira Magalhães

GERÊNCIA DE CONTABILIDADE
Gerente: Paulo Roberto da Silva Coutinho

Diárias de Viagem:

Nome: Amador Francisco de Mendonça, Cargo: Técnico Judiciário B, Destino: Uberaba - MG, Atividade Desenvolvida: Fiscalizar obra referente a instalação do sistema central condicionador de ar no Fórum de Uberaba. Em complemento a viagem realizada no período de 03/10/2011 a 04/10/2011., Data saída: 03/10/2011, Data retorno: 05/10/2011, Qt. Diárias: "1".

Nome: Andreyra Alcântara Ferreira Chaves, Cargo: Juiz de Segunda Entrância, Destino: Ipatinga - MG, Atividade Desenvolvida: Convocação para participar do 2º Curso Regional de Judicialização da Saúde e Questões Energéticas., Data saída: 18/09/2011, Data retorno: 20/09/2011, Qt. Diárias: "2,5".

Nome: Antonio José Franco de Souza Pêcego, Cargo: Juiz de entrância especial, Destino: Belo Horizonte - MG, Atividade Desenvolvida: Convocação para o I Encontro de Juizes de Turmas Recursais do Estado de Minas Gerais., Data saída: 29/09/2011, Data retorno: 01/10/2011, Qt. Diárias: "2,5".

Nome: Antonio Luiz Gomes, Cargo: Assistente Especializado, Destino: Santos Dumont - MG, Atividade Desenvolvida: Conduzir Veículo Oficial., Data saída: 23/10/2011, Data retorno: 23/10/2011, Qt. Diárias: "0,5".

Nome: Dahyane de Oliveira Gil, Cargo: Oficial de Apoio Judicial D, Destino: Teófilo Ottoni - MG, Atividade Desenvolvida: Participação no SERIN, Data saída: 26/10/2011, Data retorno: 28/10/2011, Qt. Diárias: "2,5".

Nome: Danilo Couto Lobato Bicalho, Cargo: Juiz de entrância especial, Destino: Ipatinga - MG, Atividade Desenvolvida: Convocação para o Curso Judicialização da Saúde, Data saída: 19/09/2011, Data retorno: 20/09/2011, Qt. Diárias: "1,5".

Nome: Dilmá Conceição Araújo Duque, Cargo: Juiz de entrância especial, Destino: Belo Horizonte - MG, Atividade Desenvolvida: Convocação para